



EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/16

Tipo: MAIOR OFERTA

Processo Interno: 619/16

Objeto: CONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, LOCALIZADO EM BELO HORIZONTE/MG.

RECIBO

A Empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefone:

FAX:

E-mail:

Contato:

retirou este Edital de licitação e deseja ser informada de qualquer alteração em seus termos

_____, aos ____/____/____

(Assinatura)

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À CODEMIG / NÚCLEO DE LICITAÇÕES, PELO EMAIL: licitacoes@codemig.com.br PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/16

Tipo: MAIOR OFERTA

Processo Interno: 619/16

Objeto: CONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, LOCALIZADO EM BELO HORIZONTE/MG.

Data de abertura: dia 18 de janeiro de 2016, às 10:00 (dez) horas.

Local da realização: Rua Manaus, 467, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP 30150-350.

1. PREÂMBULO

- 1.1. A **CODEMIG** – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, com sede na Rua Manaus, 467, Bairro Santa Efigênia, CEP 30150-350, em Belo Horizonte, neste Estado, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MAIOR OFERTA, para concessão onerosa de uso para a exploração comercial do estacionamento do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, conforme as especificações contidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. Este pregão será regido pelas Leis Estaduais nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002, nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001, pelos Decretos Estaduais nº. 44.630, de 03 de outubro de 2007, nº. 44.786, de 19 de abril de 2008, nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, pela Resolução Conjunta SEPLAG / JUCEMG nº. 6419, de 30 de novembro de 2007, pela Resolução SEPLAG nº.058, de 30 de novembro de 2007, com suas alterações posteriores, aplicando-se, subsidiariamente a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de



2002 e a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

1.3. Em vigor desde 29 de janeiro de 2014, a Lei 12.846/13 (denominada Lei Anticorrupção), regulamentada pelo Decreto 8.420/15, prevê a responsabilização objetiva no âmbito civil e administrativo de empresas que pratiquem atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira. Cometer atos tais como os listados abaixo, é passível de denúncia através do sitio <https://www.tag.ouvidoriageral.mg.gov.br/> por qualquer pessoa física ou jurídica.

São atos lesivos à administração pública no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

1.5. A sessão de processamento do Pregão será realizada na Sala de Licitações



da **CODEMIG**, localizada na Rua Manaus, 467, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP 30150-350, no **dia 18 de janeiro de 2017, às 10:00 (dez) horas** e será conduzida pela Pregoeira Fernanda Prates Lopes Cançado, com auxílio da equipe de apoio designada para o presente processo, na conformidade da Portaria n.º 07, de 18 de fevereiro de 2016 e Portaria nº 22, de 13 de maio de 2016.

- 1.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas na documentação relativa ao certame.

2. OBJETO

- 2.1. Constitui objeto da presente licitação a concessão onerosa de uso para a exploração comercial, por um período de 30 (trinta) meses, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da CODEMIG, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante do presente edital, independente de transcrição.
- 2.2. Os documentos e informações da licitação são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado para esta licitação.
- 2.3. Alegações relacionadas com o desconhecimento de informações não serão admitidas ou aceitas para futuras reclamações.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas, autorizadas a funcionar no país, que tenham criação regular, estejam em condições legais de exercício e atendam aos requisitos especificados na licitação, nos termos da legislação em vigor. Fica vedada a participação de consórcios.



3.2. Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

- a) Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- b) Empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- c) Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual;
- d) Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública federal, estadual ou municipal;
- e) Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado com a **CODEMIG** ou com o Governo do Estado de Minas Gerais ou que tenham tido vínculo há menos de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação deste Edital;
- f) Estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- g) Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;
- h) Não atendam ao estipulado na cláusula 3.1.

3.3. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.4. Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital.

3.5. A participação no certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

3.6. É admitida a participação de empresas estrangeiras devidamente autorizadas a funcionar no país.

3.6.1 As empresas estrangeiras deverão ter, na data da licitação, representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.



4. ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao(à) Pregoeiro(a), na sessão de pregão imediatamente após o credenciamento, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

- a) Local da sessão pública do pregão presencial: Rua Manaus, 467, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP 30.150-350.
- b) Data da sessão pública do pregão presencial: xx de xxxxxxxxxxxx de 2017;
- c) Horário da sessão pública do pregão presencial: xx:00.

4.2. Os conjuntos de documentos relativos à Proposta Comercial e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos, como exemplos abaixo:

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS –
CODEMIG.**
PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2016
**OBJETO: CONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA A EXPLORAÇÃO
COMERCIAL DO ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE CULTURA
PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, LOCALIZADO EM BELO HORIZONTE/MG.**
ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS -
CODEMIG PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2016**

**OBJETO: CONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA A EXPLORAÇÃO
COMERCIAL DO ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE CULTURA
PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, LOCALIZADO EM BELO HORIZONTE/MG.**

N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

- 4.3. A CODEMIG não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” que não sejam entregues à Pregoeira, até a data e horários definidos neste edital.
- 4.4. Não será admitida a remessa postal dos envelopes com Proposta de Preços e Habilitação.
- 4.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de fotocópia, (observado o item 4.6), ou publicação em órgão da imprensa oficial, desde que perfeitamente legíveis.
- 4.6. Quando os documentos forem apresentados em fotocópia sem autenticação passada por cartório competente, a licitante deverá apresentar os originais (para conferência e autenticação, na sessão, pelo(a) pregoeiro(a) e/ou sua equipe de apoio). Apresentando a licitante os documentos necessários à participação na presente licitação em fotocópias com autenticação passada pelo cartório competente, desacompanhados dos originais, as cópias autenticadas pela serventia cartorária ficarão em poder da CODEMIG.



5. DA VISITA TÉCNICA FACULTATIVA

- 5.1. A empresa PROPONENTE poderá realizar visita técnica ao local do estacionamento onde os serviços serão realizados antes da LICITAÇÃO e examinar as especificidades do espaço físico para instalação, tomando conhecimento de todos os detalhes e particularidades que julgar conveniente, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento e/ou eventuais dificuldades de execução de qualquer parte dos serviços objeto da CONCESSÃO;
- 5.2. Para a realização da visita técnica os interessados deverão agendar a data e horário com a CODEMIG;
- 5.3. Nenhum credenciado poderá representar mais de um licitante na visita técnica.
- 5.4. No caso de agendamento de visita técnica, a mesma deverá ser feita por um responsável da empresa, devidamente credenciado pelo representante legal da PROPONENTE, até 3 (dias) dias úteis anteriores a abertura dos envelopes.

6. CREDENCIAMENTO

- 6.1. Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente que contenha fotografia.
- 6.2. Tratando-se do representante legal, o credenciamento será feito com entrega do estatuto social, contrato social ou outro documento de registro comercial, devidamente registrado, em cópia autenticada ou simples acompanhada do original para autenticação, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações.



- 6.3. Tratando-se de procurador, o credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, em original ou cópia autenticada, da qual constem poderes específicos para formular lances verbais, negociar preço, oferecer descontos, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
- 6.4. No caso de credenciamento por instrumento de procuração, deverá ser entregue cópia autenticada ou cópia simples, nesta hipótese acompanhada do original para autenticação, do respectivo estatuto ou contrato social, e da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes do mandante para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora.
- 6.5. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- 6.6. Será admitido apenas 01(um) representante para cada licitante credenciada, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- 6.7. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.
- 6.8. A não apresentação ou, ainda, a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação da licitante no presente certame.
- 6.9. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo abaixo, deverá ser entregue ao Pregoeiro, no ato do credenciamento da participante, apresentada em 01(uma) via, fora dos Envelopes de proposta comercial e documentação de habilitação.



DECLARAÇÃO (requisitos de habilitação)

A empresa, CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, que, atende plenamente a todos os requisitos de
habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

6.10. A não entrega da Declaração exigida no subitem anterior implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta Comercial e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da licitante no certame licitatório.

6.11. Ainda no ato do credenciamento, fica facultado às microempresas e empresas de pequeno porte a apresentação de Declaração de Enquadramento no regime da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, para efeito de beneficiarem-se, na presente licitação, do tratamento diferenciado e favorecido disposto no referido diploma e no Decreto nº 6.204, de 5.9.2007, conforme modelo que segue:

DECLARAÇÃO

(ME/EPP)

A empresa, CNPJ n.º,
sediada (*endereço completo*), por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade
nº e do CPF n.º

DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no Edital **PREGÃO PRESENCIAL 09/2016**, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

DECLARA, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

DECLARA, outrossim, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

IMPORTANTE: A Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma.

6.12. A ausência da declaração constante do subitem 6.11 importará na preclusão do direito do licitante de usufruir do tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

7. PROPOSTAS COMERCIAIS

7.1. As propostas comerciais deverão ser apresentadas em uma via, nos moldes do Anexo II, com suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas,



sem rasuras, emendas borrões ou entrelinhas e deverão ser datadas e assinadas pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, devendo constar:

- a) **Objeto da Licitação;**
- b) **Identificação da licitante:** razão social, número do CNPJ, endereço completo, telefone e fax da empresa proponente;
- c) **Valor ofertado na proposta:** correspondente ao percentual incidente sobre a receita bruta mensal total auferida na exploração comercial do estacionamento, o qual não poderá ser inferior a 26,0% (vinte e seis por cento), a ser oferecido pelo licitante na proposta comercial, garantindo-se à CODEMIG o recebimento da remuneração mínima mensal de R\$ 16.584,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e quatro reais). Para os fins desta contratação, entende-se como receita bruta mensal total auferida pela Contratada toda a sua receita decorrente da exploração comercial de estacionamento de veículos do CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO. O valor é bruto, pois não considera a dedução de impostos ou de quaisquer custos e despesas da CONCESSIONÁRIA.
- d) **Prazo de validade da proposta** não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;
- e) **Prazo do contrato** de 30 (trinta) meses, a partir da data de publicação do extrato do contrato na imprensa oficial do estado, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da CODEMIG.
- f) **Declaração** de que, nos percentuais e valores propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados em lances verbais, será repassado livre de todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, decorrentes de contratação de serviços técnicos, da aquisição de materiais e equipamentos, de quaisquer despesas operacionais, com mão-de-obra, de viagens e transporte, de tributos, de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, de encargos comerciais e fiscais, taxas, seguros, de despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e de quaisquer outros ônus que porventura possam



recair sobre os serviços decorrentes do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do Contratado. Ao inserir os percentuais e valores na sua proposta, o licitante está ciente de que arcará com todos estes custos, que são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

- 7.2. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem a totalidade do objeto deste Edital.
- 7.3. Todos os valores ofertados deverão ser apresentados em valor percentual, em algarismos com uma casa decimal após a vírgula.
- 7.4. Ocorrendo divergências entre os algarismos e o percentual por extenso, prevalecerá o percentual por extenso.
- 7.5. Todas as condições estabelecidas neste edital para a exploração comercial do estacionamento serão tacitamente aceitas pelo proponente com a apresentação de sua proposta comercial.
- 7.6. A proposta deverá atender à totalidade do objeto desta licitação.
- 7.7. A contratação será do tipo MAIOR OFERTA e o pagamento será devido somente a partir do mês subsequente ao vencido.
- 7.8. Não será admitida oferta de valor que não atenda à totalidade das obrigações sob responsabilidade do Concessionário.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. REGULARIDADE JURÍDICA

- 8.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada – EIRELI, Empresário



Individual e Microempreendedor Individual (MEI);

8.1.2. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

8.1.3. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS.: Se o estatuto social, contrato social ou outro documento de registro comercial foi apresentado no credenciamento fica dispensada a sua inclusão no envelope de habilitação.

8.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

8.2.2. Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

8.2.3. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



8.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal da sede do licitante;

8.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

8.2.6. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.3.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/93.

8.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, ou balanço de abertura, no caso de empresa recém-constituída, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, a saber:

8.3.2.1. Entende-se por apresentados na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente datados e assinados pelo responsável da empresa, e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.3.2.2. Sociedades empresariais em geral: registrado ou

autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69);

8.3.2.3. Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/76: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em Jornal de grande circulação (art. 289, caput e § 5º da Lei nº 6.404/76);

8.3.2.4. Sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

8.3.2.5. No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela última declaração de imposto de renda da pessoa jurídica.

8.3.2.5.1. A Pequena Empresa deverá apresentar, conjuntamente com a Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do Último Exercício, a ficha de inscrição estadual na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site:



<http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.

8.3.3. A boa situação financeira avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 01 (um), a partir das fórmulas abaixo. Caso os referidos índices sejam iguais ou inferiores a 1,00 (um inteiro), a licitante deverá possuir capital igual ou superior a R\$24.876,00 (vinte e quatro mil oitocentos e setenta e seis reais) correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação:

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

8.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1. Comprovação, nos moldes do art. 30 da Lei nº 8.666/93, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, por meio de atestado(s) ou certidão(ões), emitidos por pessoas jurídicas, públicas ou privadas, em nome do licitante ou de seu responsável técnico, comprovando experiência na operação de estacionamento de veículos coberto ou edifício garagem voltado para o atendimento de empreendimento com o mínimo de 273 (duzentos e setenta e três) vagas, utilizando sistema de automação e controle de estacionamento.

8.4.1.1. O(s) atestado(s) deverão conter, preferencialmente:

- a) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax).;

- b) Descrição dos serviços prestados contendo dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados nos domínios de qualificação técnica aqui apresentados;
- c) Período de vigência das respectivas contratações;
- d) Data de emissão, nome, cargo e assinatura do responsável pela veracidade das informações.

8.4.2.1 Poderão ser efetuadas diligências para confirmar os dados e os serviços descritos no Atestado. Caso não seja possível a confirmação das informações por falta de dados ou qualquer outro motivo alheio à vontade da CODEMIG, a empresa será automaticamente desclassificada.

8.4.2.2 O licitante que fizer afirmações falsas será inabilitado e estará sujeito à aplicação de sanção pela Contratante, que encaminhará denúncia sobre o fato aos órgãos competentes, para a adoção das providências cabíveis.

8.5. DECLARAÇÕES

8.4.1. Declaração de que o licitante não se acha declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual; e declaração de que o licitante não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem trabalhadores menores de 16 anos realizando qualquer trabalho, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. As declarações serão conforme modelos a seguir:



DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei.

Data e local

DECLARAÇÃO

A empresa, CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local

Assinatura do Diretor ou
Representante Legal

8.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

- 8.6.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame,

desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

8.6.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

8.6.2. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pelo pregoeiro ou por membro de sua equipe de apoio, no momento da análise dos documentos de habilitação.

8.6.2.1. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.6.2.2. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

8.6.3. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.

8.6.4. Todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se o licitante participar do certame por sua matriz, e em nome da filial, se o licitante participar do certame por sua filial.



8.6.5. Caso o fornecimento do objeto da licitação se der por filial, o licitante que participou por sua matriz deverá apresentar todos os documentos de habilitação relativos à matriz e à filial, comprovando a regularidade fiscal, trabalhista, jurídica, econômico-financeira e técnica de ambas.

9. SESSÃO DO PREGÃO

- 9.1. No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados e recebimento da Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e dos envelopes de Proposta de Comercial e Documentação de Habilitação.
- 9.2. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes e recebimento da Declaração e das propostas, o Pregoeiro declarará encerrado o credenciamento e aberta a sessão do PREGÃO.
- 9.3. Encerrado o credenciamento e declarada aberta a sessão, não mais serão admitidos novos licitantes.
- 9.4. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo. A análise das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) Que não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;



- c) Que apresentarem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
 - d) Que apresentarem valores manifestamente excessivos ou manifestamente inexequíveis;
 - e) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão.
- 9.5. O critério de julgamento será o de **MAIOR OFERTA**, assim considerada aquela que corresponda ao maior percentual incidente sobre a receita bruta mensal total auferida na exploração comercial do estacionamento, o qual não poderá ser inferior a 26,0% (vinte e seis por cento), a ser oferecido pelo licitante na proposta comercial, garantindo-se à CODEMIG o recebimento da remuneração mínima mensal de R\$ 16.584,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e quatro reais).
- 9.6. Serão selecionadas, para a etapa de lances verbais, as propostas de MAIOR OFERTA e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e inferiores em até 10% (dez por cento) à proposta de MAIOR OFERTA.
- 9.7. Se não houver, no mínimo, 3 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.
- 9.8. Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e crescentes, a partir do autor da proposta classificada de menor oferta.
- 9.9. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.



- 9.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais posteriores, ficando mantido o último valor apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 9.11. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados.
- 9.12. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de MAIOR OFERTA e o valor estimado da contratação.
- 9.13. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes não mais realizarem lances verbais.
- 9.14. Havendo a participação de pequenas empresas, assim definidas de acordo com a Lei Complementar Federal 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 9.14.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) inferiores ao melhor preço proposto, conforme §2º do art. 44 da LC 123/06.
- 9.14.2. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 9.14.2.1. A Microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- 9.14.2.2. Não ocorrendo contratação da pequena empresa, na

forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar Federal nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.14.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 44 da Lei Complementar federal nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.14.2.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo mencionado no item anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.14.3. O disposto no artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.15. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu valor seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.16. Sendo aceitável a MAIOR OFERTA, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para verificação do atendimento das condições habilitatórias, com base na documentação apresentada.

9.17. Na apreciação e no julgamento das propostas não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste instrumento, nem serão permitidas



- ofertas de vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se, no entanto, a prestar toda e qualquer atividade oferecida em sua proposta.
- 9.18. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias e dos requisitos de habilitação, a licitante será habilitada e declarada a vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.
- 9.19. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes de MAIOR OFERTA, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital.
- 9.20. O licitante que deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos na fase de habilitação, ou que o fizer em desacordo com as normas deste Edital, será considerado automaticamente inabilitado, não sendo concedido, sob qualquer pleito, prazo para a complementação desses documentos, salvo o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 4º, §1º, do Decreto Estadual 44.630, de 03/10/2007.
- 9.21. Nas situações previstas nos incisos 9.12, 9.15 e 9.19 o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido percentual melhor.
- 9.22. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.
- 9.23. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes julgados desclassificados, os envelopes **“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”**



inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

9.24. No prazo de 24 (vinte e quatro) horas depois de encerrada a sessão pública, o licitante vencedor deverá encaminhar nova proposta de preços contemplando o percentual vencedor, acompanhado da nova planilha prevista no Edital, com os respectivos valores em conformidade com o valor do lance vencedor.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. Não serão recebidas razões de recursos enviados ou feitos por telegramas, fax ou endereço eletrônico, ou entregues em local diverso do indicado. A remessa pelos correios é de inteira responsabilidade da interessada, que deverá, por meios seguros, garantir o protocolo eletrônico da recepção, na **CODEMIG**, na forma do presente Edital, até a data e horário apazado. O recibo de protocolo do envelope, efetuado pela recepção da **CODEMIG** em seu endereço à Rua Manaus, 467, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP 30150-350, consistirá em prova de sua entrega.

10.3. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a extinção do direito de recurso.



- 10.5. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 10.6. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 10.7. O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.8. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e comunicado a todos os licitantes via e-mail.

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.
- 11.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

12. DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

- 12.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.1.1 O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para a assinatura do contrato ou instrumento equivalente.



- 12.1.2 Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 12.1.3 Na hipótese de convocação dos licitantes remanescentes no pregão, o licitante deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este preço, não havendo necessidade de cobrir o preço da proposta mais vantajosa, conforme disposto no art. 18, §2º do Decreto nº. 44.786/2008.
- 12.2. O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o Contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail.
- 12.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para recebimento do Contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 12.4. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado nos documentos da Proposta de Preços e da Habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai executar o objeto da presente licitação.
- 12.5. Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da concessão de uso, considerado o prazo global de contratação, em conformidade com o disposto no art. 56 da Lei federal 8.666/93.



- 12.5.1. Caberá à empresa a ser contratada optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária (§ 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93).
- 12.5.2. A garantia prestada em dinheiro será restituída atualizada monetariamente pelo índice da caderneta de poupança, aplicando-se subsidiariamente o Decreto Estadual 43.635/03 e não contemplará remuneração *pro rata die*.
- 12.5.3. O prazo de validade da garantia de que trata esse item será contado a partir da data de início da vigência do Contrato, e deverá estender-se por mais 30 (trinta) dias após a data da conclusão dos serviços.
- 12.5.4. A garantia de que trata o item anterior deverá ser apresentada no mesmo prazo de assinatura do contrato, constante do item 12.2, sendo pré-requisito para a assinatura do mesmo.
- 12.5.5. A Garantia de Execução responderá pelo inadimplemento das obrigações assumidas, sem prejuízo das multas legais aplicadas à contratada em razão da execução do contrato.
- 12.5.6. A Garantia de Execução deverá ser atualizada quando das alterações no contrato.
- 12.6. A recusa de prestar garantia à execução ou de assinar o contrato implicará automática suspensão do licitante no seu direito de contratar com a CODEMIG.
- 12.7. A garantia prestada pela empresa contratada será liberada ou restituída após a execução e cumprimento integral do Contrato.



13. DOS PRAZOS

13.1. O prazo de vigência contratual será de 30 (trinta) meses, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da CODEMIG.

13.2. A prorrogação da CONCESSÃO dependerá, sempre de expressa concordância da CODEMIG e/ou solicitação da CONCESSIONÁRIA, feita até 6 (seis) meses antes da data prevista para o término do Contrato, mantidas, pelo menos, as condições estabelecidas para o período inicial e levando em consideração o desempenho econômico do empreendimento;

13.3. Se as condições, inicialmente ajustadas, não forem técnica ou economicamente viáveis para o período de prorrogação, em virtude de alterações no negócio na época da prorrogação, as partes poderão no mútuo interesse, estabelecer outras condições, servindo-se, em qualquer caso, de laudo técnico elaborado por consultoria especializada e aprovado por auditoria independente que emitirá parecer conclusivo sobre a razoabilidade das novas condições. Não havendo acordo sobre essas novas condições o Contrato ficará rescindido;

13.4. Os prazos e condições do Edital, bem como a proposta da licitante adjudicatária integram as condições do Contrato independentemente de transcrição.

13.5. Em caso de não cumprimento dos prazos acima estabelecidos, incorrerá, o Concessionário, nas cominações previstas no Edital e Contrato.

14. DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

14.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em conta bancária a ser definida pela **CODEMIG**, e corresponderão ao percentual incidente sobre a receita bruta mensal total auferida em razão da concessão remunerada de uso do estacionamento do Centro de Cultura, e não poderão ser inferiores à remuneração mínima mensal.



- 14.2. O valor resultante de tal importe verificado será acrescido da imposição de sanções administrativas, nos termos e condições estabelecidos na minuta do Contrato, constante do Anexo deste Edital.
- 14.3. A CONCESSIONÁRIA emitirá “Nota de Medição”, em que demonstrará a remuneração devida à CODEMIG, com base na Receita Mensal Bruta do mês em referência. O pagamento desta remuneração será feito até o 5º dia útil subsequente à sua análise e aprovação pela CODEMIG;
- 14.4. A Receita Mensal Bruta abrange o valor total das operações provenientes dos serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA. Para os efeitos estabelecidos neste item incluem-se, em cada mês, as receitas que se tornem econômica e/ou financeiramente auferidas. O valor total das operações abrange todos os negócios realizados na área arrendada ou nela iniciados, concluídos, encaminhados ou preparados, qualquer que seja a forma das operações realizadas;
- 14.5. A “Nota de Medição” a ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA somente será aceita depois de aprovada pela fiscalização da CODEMIG, o que deverá ser feito no máximo em até 02 (dois) dias após sua apresentação, salvo existência de dúvida fundada sobre sua irregularidade;
- 14.6. Se a CODEMIG não aprovar a “Nota de Medição” fará sua contestação por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias após sua apresentação, facultando-se à CONCESSIONÁRIA efetuar o pagamento pelo valor originalmente apresentado, ficando a eventual diferença para ser paga após a apuração do valor real, na forma estabelecida no próximo item;
- 14.7. No caso de divergência sobre a “Nota de Medição”, não havendo entendimento entre as partes, realizar-se-á auditoria por empresa escolhida de comum acordo, para apuração definitiva de dados e valores devidos, e, na falta de acordo, a auditoria será feita por empresa designada pela CODEMIG;



14.8. Para os efeitos de apuração do valor devido, considerar-se-á o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês;

14.9. O valor absoluto definido a título de remuneração mínima mensal garantida à CODEMIG será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta da Contratada, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE) no período ou outro índice adotado pelo Governo Estadual que venha substituí-lo.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

15.1.1 advertência por escrito;

15.1.2 multa, conforme os limites máximos estabelecidos pelo Decreto Estadual nº. 45.902/2012;

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, em caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;



15.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 38, IV, do Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

15.1.4 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93 e o art. 38, IV do Decreto Estadual nº 45.902/2012;

15.2. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

- a) não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
- b) retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
- c) paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;
- d) entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- e) alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- f) prestação de serviço de baixa qualidade;
- g) não assinatura de contrato nos prazos estabelecidos em edital, frustrando ou retardando o fornecimento;
- h) Mora ou inadimplemento da obrigação de realização das reformas e obras nos sanitários, de acordo com as especificações do Termo de Referência.

15.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 15.1.

15.4. A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.



15.5. As sanções relacionadas nos itens 15.1.3 e 15.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:

- a) deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa;
- c) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

15.6. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902/2012.

15.7. As sanções relacionadas nos itens 15.1.3 e 15.1.4 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Integram o presente:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;
- c) Anexo III – Minuta de Contrato.

16.2. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

16.3. Será dada vista aos proponentes interessados, tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.



- 16.4. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar ou ter sido providenciada no ato da sessão pública.
- 16.5. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.
- 16.6. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 16.7. É vedado à CONCESSIONÁRIA subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.
- 16.8. A autoridade competente da contratação poderá revogar a licitação, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 16.9. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 16.10. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 16.11. O Pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá sanar



erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, com validade e eficácia, e acessível a todos os interessa.

- 16.12. Todo e qualquer esclarecimento, bem como impugnações ao presente edital e seus anexos, deverá ser solicitado até o quinto dia após a publicação do aviso do edital, por escrito, através do e-mail: licitacoes@codemig.com.br, com expressa indicação do número e objeto do Pregão.
- 16.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 16.14. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.15. Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da legislação aplicável ao caso.
- 16.16. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o Foro da Comarca de Belo Horizonte, com exclusão de qualquer outro.

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2016.

MARCO ANTÔNIO SOARES DA CUNHA CASTELLO BRANCO
DIRETOR PRESIDENTE DA CODEMIG



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

CONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO

1. OBJETO

CONCESSÃO ONEROSA DE USO do estacionamento do CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, localizado na Rua Tenente Brito de Melo, nº 1090, bairro Barro Preto, Belo Horizonte, Minas Gerais, incluindo o fornecimento de mão-de-obra, equipamentos, ferramentas e sistemas necessários ao desenvolvimento das atividades. O presente termo contratual consubstanciará fim exclusivo de operação e exploração comercial da atividade de estacionamento de automóveis e motocicletas, realizados no CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, inclusive nos dias de eventos.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

1. Integrará o OBJETO da CONCESSÃO a área destinada, única e exclusivamente, para operação e gestão comercial da atividade de estacionamento de automóveis e motocicletas, localizada no CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO;
2. Gerenciamento dos (3) três pavimentos do estacionamento do CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, realizando o controle da entrada e saída de veículos através de sistema de automação, responsabilizando-se objetivamente pela segurança no interior do estacionamento, conforme obrigações detalhadas nesse termo;
3. A CONCESSIONÁRIA deverá gerenciar todas as 524 (quinhentas e vinte e quatro) vagas de automóveis e 22 (vinte e duas) vagas de motocicletas,



conforme plantas no Anexo II e a seguinte divisão:

Tipo de Vaga	Nível 3	Nível 6	Nível 9	Total
Vagas Livres	163	155	152	470
Vagas Presas	20	16	07	43
Vagas Deficientes	02	04	05	11
Vagas Motocicletas	-	22	-	22
Total Automóveis	183	175	164	524
Total Motocicletas	-	22	-	22

4. A CONCESSIONÁRIA deverá garantir a prioridade de uso das vagas de estacionamento para os espectadores da ORQUESTRA FILARMÔNICA DE MINAS GERAIS - conforme calendário de apresentações - e de demais eventos nos dias e horários de apresentações na SALA DE CONCERTOS MINAS GERAIS, sem prejuízo da alteração de horários e agendamentos de novas apresentações, à critério da CODEMIG.
5. Poderá haver apresentações adicionais agendadas pela CODEMIG e o Instituto Cultural Filarmônica, a seus exclusivos critérios.
6. O horário de funcionamento do estacionamento será de 24 horas, todos os dias da semana, devendo a CONCESSIONÁRIA manter funcionário de plantão para atendimento aos clientes;
7. O plano operacional e tarifário dos estacionamentos será estabelecido pela CODEMIG. Quaisquer alterações necessárias identificadas pela CONCESSIONÁRIA deverão ser submetidas à prévia verificação, negociação e aprovação da CODEMIG;
8. A CODEMIG se reserva no direito de locar as áreas OBJETO do presente ARRENDAMENTO a terceiros para realização de eventos e até de franquear o uso do estacionamento, hipótese em que repassará à CONCESSIONÁRIA o percentual proposto correspondente ao número de vagas ocupadas naquele evento;



9. As áreas serão entregues nas condições em que se encontram para as adequações e complementações das instalações existentes, necessárias para início imediato das atividades, ficando a cargo da empresa CONCESSIONÁRIA a adequação, conservação e manutenção destas;
10. A CONCESSIONÁRIA deverá executar às suas expensas quaisquer adequações exigidas pela CODEMIG, ou que considerar necessárias, devendo ser apresentados previamente os projetos para aprovação da CODEMIG;
11. As adequações a serem realizadas na área OBJETO desta licitação serão consideradas de interesse único e exclusivo da CONCESSIONÁRIA, razão pela qual não caberá amortização, nem podem gerar expectativa de revisão de percentual variável;

3. JUSTIFICATIVA

O CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, sediada na Capital Mineira, no bairro Barro Preto, é um conjunto arquitetônico que abriga uma sala para concertos sinfônicos e as sedes da ORQUESTRA FILARMÔNICA DE MINAS GERAIS, da Rádio Inconfidência e da Rede Minas de Televisão.

Integrante do complexo, a SALA DE CONCERTOS MINAS GERAIS, tem como finalidade precípua inserir Minas Gerais no cenário internacional de música sinfônica, dotando ainda, a ORQUESTRA FILARMÔNICA DE MINAS GERAIS, de uma sede com toda a estrutura funcional para atividades diárias.

A SALA DE CONCERTOS MINAS GERAIS foi concebida com um espaço para 1.477 lugares e foi projetada para receber tratamento acústico diferenciado, com padrão internacional, e sistema de ajuste sonoro para repertórios distintos. O espaço conta também com completa infraestrutura para gravações de áudio e vídeo, iluminação cênica, pontos de apoio para equipes de televisão, segurança e demais instalações



dotadas de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Dispõe ainda de pré-foyer, foyer, camarins, bilheteria, sanitários, áreas externas, cafés, além de áreas técnicas, como sala para armazenamento de instrumentos musicais e "docas" para facilitar a carga e a descarga de containers, além de um estacionamento, que atende também ao público em noites de concertos.

Para que seja possível garantir eficácia e eficiência do funcionamento do complexo, garantindo a segurança e comodidade ao público usuário e visitante, há a necessidade da elaboração de um planejamento quanto ao gerenciamento e utilização dos espaços.

Para melhor atender as demandas de uso, especialmente nos dias dos eventos, propiciando, maior comodidade e conforto aos seus realizadores e participantes, entende-se que a disponibilização de estacionamento, apresenta-se como mais um atrativo para a captação de eventos ao garantir a permanência com segurança dos veículos visitantes e o acesso facilitado aos usuários de automóveis e motocicletas.

O estacionamento do CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO comporta 524 (quinhentos e vinte e quatro) vagas, com grande rotatividade, que atendem aos funcionários e frequentadores do complexo e, ainda, ao público presente nos eventos realizados nas suas dependências, sendo indispensável a adoção de um controle de entrada e saída de veículos, fornecimento de mão de obra, equipamentos, sistemas e ferramentas de trabalho necessários ao desempenho dessa atividade.

Porém, a CODEMIG, gestora do CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, não detém recursos humanos nem suporte técnico suficientes para realizar diretamente a exploração do estacionamento. Deste modo faz-se necessário a CONCESSÃO do referido estacionamento para que uma empresa especializada nesse tipo de serviço possa geri-lo de forma otimizada e eficiente.



4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência contratual será de **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado pelo período de até 60 (sessenta) meses, contados a partir da data do início da vigência do contrato, conforme limite estabelecido no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93;
2. A prorrogação da CONCESSÃO dependerá, sempre de expressa concordância da CODEMIG e/ou solicitação da CONCESSIONÁRIA, feita até 6 (seis) meses antes da data prevista para o término do Contrato, mantidas, pelo menos, as condições estabelecidas para o período inicial e levando em consideração o desempenho econômico do empreendimento;
3. Se as condições, inicialmente ajustadas, não forem técnica ou economicamente viáveis para o período de prorrogação, em virtude de alterações no negócio na época da prorrogação, as partes poderão no mútuo interesse, estabelecer outras condições, servindo-se, em qualquer caso, de laudo técnico elaborado por consultoria especializada e aprovado por auditoria independente que emitirá parecer conclusivo sobre a razoabilidade das novas condições. Não havendo acordo sobre essas novas condições o Contrato ficará rescindido;

5. DO PREÇO

1. As áreas objeto desta CONCESSÃO serão utilizadas pela CONCESSIONÁRIA exclusivamente para a exploração da atividade de estacionamento, devendo ser cobrado do usuário, observando a tabela abaixo, os seguintes valores:
 - a) Frações: Até 15 minutos R\$ 2,00 (dois reais); de 16 a 30 minutos R\$ 4,00 (quatro reais); de 31 a 45 minutos R\$ 6,00 (seis reais); de 46 a 60 minutos R\$ 8,00 (oito reais); e assim sucessivamente;
 - b) Diária 12 horas: R\$ 30,00 (trinta reais);



- c) Diária 24 horas: R\$ 50,00 (cinquenta reais);
 - d) Mensalidade 12 horas: R\$ 200,00 (duzentos reais);
 - e) Mensalidade 24 horas: R\$ 300,00 (trezentos reais);
 - f) Dias de Concerto: para espectadores da ORQUESTRA FILARMÔNICA DE MINAS GERAIS e demais eventos na SALA DE CONCERTOS MINAS GERAIS, valor fixo de R\$20,00 (vinte reais), no intervalo de 1 hora e 30 minutos antes e depois do concerto cuja duração é de 2 horas e 30 minutos;
2. O concessionário deve abster-se de ceder cortesias ou privilégios de qualquer natureza, descontos e outras ocorrências do gênero, sem o prévio consentimento da CODEMIG.
3. O período de tolerância para utilização do estacionamento sem a necessidade de pagamento será de 5 (cinco) minutos, prevalecendo as legislações municipal, estadual ou federal pertinentes à questão, sendo que eventual alteração deverá ser aprovada pela CODEMIG.
4. O período de tolerância para saída do estacionamento após pagamento realizado em caixa avançado deverá ser de 5 (cinco) minutos, prevalecendo as legislações municipal, estadual ou federal pertinentes à questão, sendo que eventual alteração deverá ser aprovada pela CODEMIG.
5. Os preços praticados no Estacionamento poderão ser revistos anualmente, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, sempre precedido de justificativa e requerimento junto à Diretoria da CODEMIG. No seu requerimento a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar planilha com pesquisas de preços praticados no mercado com base em estacionamentos localizados próximos ao CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, bem como o estudo de viabilidade econômico-financeiro, para prévia análise e aprovação;



6. DA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E DO VALOR MENSAL

1. O julgamento se dará pelo critério de **MAIOR OFERTA**, correspondente ao maior percentual incidente sobre a receita bruta mensal total auferida na exploração comercial do estacionamento, o qual não poderá ser inferior a 26 % (**vinte e seis por cento**), a ser oferecido pelo licitante na proposta comercial, garantindo-se à CODEMIG o recebimento do preço mínimo mensal de **R\$ 16.584,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e quatro reais)**.
2. Entende-se como receita bruta mensal total auferida pela CONCESSIONÁRIA toda a sua receita decorrente da exploração comercial de estacionamento de veículos do CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO. O valor é bruto, pois não considera a dedução de impostos ou de quaisquer custos e despesas da CONCESSIONÁRIA.
3. O preço contratual será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data de início de vigência do instrumento contratual, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE) no período ou outro índice adotado pelo Governo Estadual que venha substituí-lo.
4. Não será concedida nenhuma redução no valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA no período de apresentação e aprovação dos projetos e execução de adequações;
5. No julgamento das propostas, considerar-se-á vencedora a licitante que oferecer a proposta mais vantajosa pela **CONCESSÃO DE USO** da área.
6. A modalidade de licitação deverá ser via **Pregão Presencial**, por se tratar de um dos casos que a forma eletrônica do pregão se torna inviável. Isso porque o objetivo a ser licitado, apesar de ser caracterizado como comum, necessita de aferição da qualificação técnica das empresas, processo este que se torna



muito mais fácil e seguro de ser realizado na modalidade presencial, a vista de documentos. A realização de pregão eletrônico cria o risco de um processo licitatório sem alguns dos principais players do mercado, capazes de entregar o serviço na qualidade esperada por esta Companhia, o que acabaria, pela lei econômica de oferta e demanda por ou (i) aumentar o preço dos serviços pelos demais concorrentes, ou (ii) resultar numa contratação sem as capacidades técnicas esperadas para o resultado do serviço licitado. Portanto, para evitar a existência de tais riscos, causando prejuízo para a Administração Pública, a CODEMIG optou por realizar a forma presencial do pregão, tendo como base as determinações das Leis Federal e Estadual que regulam o pregão. É fundamental, também, a conferência da documentação que comprove as exigências de qualificação técnica da empresa e da equipe que será alocada ao projeto.

7. DOS PROJETOS E ADEQUAÇÕES

1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para aprovação da CODEMIG, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de início do Contrato, o projeto de adequação das áreas, obedecendo às normas da ABNT e legislação vigente;
2. A CODEMIG deverá analisar os projetos em até 15 (quinze) dias corridos, após a entrega, protocolada.
3. Aprovados os projetos apresentados, a CONCESSIONÁRIA deverá executar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, sob sua responsabilidade e custos, as benfeitorias necessárias ao funcionamento do estacionamento, compreendendo a aquisição e instalação de sistema de automação e controle de entrada/saída do estacionamento, cancelas, portões, câmeras de monitoramento (conforme materiais de referência descritos no Anexo I do presente Termo de Referência), bem como a sinalização e comunicação visual, conforme especificações da CODEMIG, arcando com todas as despesas necessárias à adequação e implantação do sistema necessário ao



funcionamento informatizado da atividade arrendada;

4. A CONCESSIONÁRIA se responsabilizará pela substituição ou aumento de quantidade dos equipamentos, em caso de necessidade ou mediante solicitação da CODEMIG, num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da solicitação, sem ônus para a CODEMIG;
5. A CONCESSIONÁRIA deverá equipar o estacionamento com CFTV (Circuito Fechado de Televisão) compatível com o sistema de CFTV utilizado no CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, devendo ser instalada câmeras voltadas para a identificação dos veículos em cada entrada e saída, mantendo a gravação das imagens por 24 (vinte e quatro) horas e garantir acesso irrestrito da CODEMIG às imagens gravadas;
6. A CONCESSIONÁRIA deverá implementar e utilizar sistema de automação e controle de estacionamento com software específico de estacionamento, com no mínimo 4 (quatro) cancelas, conforme projeto e especificações apresentadas e aprovadas pela CODEMIG;
7. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar as obras que se fizerem necessárias à adequação do empreendimento, sob orientação e fiscalização da CODEMIG, na conformidade dos projetos previamente aprovados, cumprindo o cronograma físico e financeiro que forem estabelecidos;
8. Qualquer nova instalação ou alteração do projeto inicial pretendida pelo concessionário será submetida à prévia aprovação da CODEMIG.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A CONCESSIONÁRIA emitirá “Nota de Medição”, em que demonstrará a remuneração devida à CODEMIG, com base na Receita Mensal Bruta do mês em referência. O pagamento desta remuneração será feito até o 5º dia útil



subsequente à sua análise e aprovação pela CODEMIG;

2. A Receita Mensal Bruta abrange o valor total das operações provenientes dos serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA. Para os efeitos estabelecidos neste item incluem-se, em cada mês, as receitas que se tornem econômica e/ou financeiramente auferidas. O valor total das operações abrange todos os negócios realizados na área arrendada ou nela iniciados, concluídos, encaminhados ou preparados, qualquer que seja a forma das operações realizadas;
3. A “Nota de Medição” a ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA somente será aceita depois de aprovada pela fiscalização da CODEMIG, o que deverá ser feito no máximo em até 02 (dois) dias após sua apresentação, salvo existência de dúvida fundada sobre sua irregularidade;
4. Se a CODEMIG não aprovar a “Nota de Medição” fará sua contestação por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias após sua apresentação, facultando-se à CONCESSIONÁRIA efetuar o pagamento pelo valor originalmente apresentado, ficando a eventual diferença para ser paga após a apuração do valor real, na forma estabelecida no próximo item;
5. No caso de divergência sobre a “Nota de Medição”, não havendo entendimento entre as partes, realizar-se-á auditoria por empresa escolhida de comum acordo, para apuração definitiva de dados e valores devidos, e, na falta de acordo, a auditoria será feita por empresa designada pela CODEMIG;
6. Para os efeitos de apuração do valor devido, considerar-se-á o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês;

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE

1. Poderão participar da presente LICITAÇÃO as pessoas jurídicas do ramo de



atividade compatível com o OBJETO da licitação, cuja comprovação será feita por meio da apresentação do Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado.

2. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.
3. Os licitantes deverão apresentar atestado ou certidão de Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando experiência na operação de estacionamento de veículos coberto ou edifício garagem voltado para o atendimento de empreendimento com o mínimo de 273 (duzentas e setenta e três) vagas, utilizando sistema de automação e controle de estacionamento.
4. O atestado ou certidão de Declaração de Capacidade Técnica deverá conter:
 - a) Razão social e os dados de identificação da instituição emitente incluindo, pelo menos, o CNPJ.
 - b) Descrição do objeto contendo dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados nos domínios de qualificação técnica aqui apresentados.
 - c) Período de vigência da contratação.
 - d) Data de emissão, nome, cargo e assinatura do responsável pela veracidade das informações.
 - e) Assinatura do representante legal ou por funcionário do atestante responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços.

10. OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

1. Gerenciar os três pavimentos do estacionamento do CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, realizando o controle de entrada e saída de veículos, com emissão de recibo de pagamento e de nota fiscal para os usuários pagantes e responsabilizando-se objetivamente pela segurança no



interior do estacionamento;

2. Observar toda a legislação vigente, no tocante à atividade exercida, principalmente, mas não se limitando, às disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), no Código de Posturas do Município de Belo Horizonte/MG (Lei municipal nº 8.616/2003), bem como na Lei nº 10.773/2014, com respectivas alterações posteriores, entre as quais citam-se as seguintes:

10.2.1 Recepção do veículo do consumidor, com emissão de comprovante de entrega do veículo contendo, dentre outros: o preço da tarifa; a identificação do modelo e da placa do veículo; o prazo de tolerância; o horário de funcionamento do estabelecimento; o nome e o endereço da empresa responsável pelo serviço; o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; o dia e o horário do recebimento e da entrega do veículo; fornecer recibo de pagamento e de nota fiscal; manter seus relógios de controle de entrada e de saída visíveis ao consumidor;

10.2.2 Instalação de alarme sonoro e visual na saída do imóvel em que a atividade vier a ser exercida;

10.2.3 Manter cartaz informativo, contendo a transcrição da responsabilidade de que trata o art. 243 da Lei Municipal nº 8.616/2003, afixado em local visível da área do estacionamento dedicado à atividade de estacionamento;

10.2.4 Prestando serviço por tempo decorrido, toma como fração, para fins de cobrança, o tempo de 15 (quinze) minutos, sendo que o valor cobrado na primeira fração, ou seja, nos primeiros 15 (quinze) minutos, tem de ser proporcional ao custo da hora integral, bem como deverá ser afixada placa, próximo à entrada do estabelecimento, com os valores devidos por permanência de 15 (quinze), 30 (trinta), 45 (quarenta e cinco) e 60 (sessenta) minutos, tudo nos termos da Lei nº 8.616/2003.



3. Gerenciar o estacionamento com mão-de-obra qualificada, devidamente uniformizada e em quantitativo suficiente para a prestação do serviço com qualidade e rapidez;
4. Pagar, mensalmente, à CODEMIG, os valores acordados em Contrato a título de remuneração da CONCESSÃO do estacionamento do CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO;
5. Manter o Estacionamentos de Veículos em operação durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, durante todos os dias do ano, prevendo alternativa de funcionamento no caso de greves, falta de energia e/ou pane nos sistemas.
6. Manter, durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, um responsável por todas as providências necessárias ao perfeito funcionamento do estacionamento e que forneça informações ao público quanto ao procedimento de utilização e atenda às possíveis reclamações dos usuários.
7. Implementar e utilizar sistema online de registro e controle de pagamento de valores de estacionamento, com emissão de relatórios diários com dados completos sobre o faturamento bruto, e garantir o acesso online, pela CODEMIG, aos bancos de dados, relatório e caixa do sistema de pagamentos, a qualquer tempo;
8. Submeter à aprovação da CODEMIG um “Plano de Contingência”, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do início da vigência do prazo contratual, contendo a descrição da metodologia que pretende adotar durante a execução dos serviços, destacando como serão controladas as entradas e saídas dos veículos de forma a manter o fiel controle físico e financeiro do estacionamento, em situações emergenciais, em comparativo com as situações rotineiras;



9. Fornecer todos os materiais de expediente necessários à operação do estacionamento, incluindo os de escritório, como bobinas térmicas, cartões de credenciados etc;
10. Garantir prioridade de uso das vagas destinadas à comercialização para o público e expectadores da ORQUESTRA FILARMÔNICA DE MINAS GERAIS e demais eventos, promovidos pela SALA DE CONCERTOS MINAS GERAIS, conforme calendários e horários de apresentação, previamente fornecidos e entregues pela CODEMIG, sob pena de aplicação de sanções, inclusive multas, sem prejuízo da alteração de horários e agendamentos de novas apresentações, à critério da CODEMIG;
11. Assumir, por sua conta e risco a operação do empreendimento, respondendo por todas as atividades e encargos relativos ao serviço prestado;
12. Arcar com todos os custos de funcionamento do estacionamento, tais como energia elétrica, água e esgoto, telefonia e comunicação, taxas e impostos inerentes à atividade (exceto IPTU) e seguros patrimoniais e de veículos;
13. Apresentar à CODEMIG até o dia 10 (dez) de cada mês os comprovantes de pagamentos de todos os impostos e encargos, não cabendo à CODEMIG nenhum ônus em decorrência desses custos;
14. Responsabilizar-se pela regularização junto aos órgãos competentes dos documentos necessários para funcionamento dos espaços e execução das atividades, tais como licenças e lavará de funcionamento, devendo apresentar os documentos emitidos à CODEMIG;
15. Responsabilizar-se pela operação do estacionamento com toda a responsabilidade técnica, econômica e jurídica, e a obrigação de obter as autorizações necessárias para o exercício das atividades OBJETO do Contrato;



16. Responsabilizar-se por todas as atividades e encargos relacionados com os referidos bens e direitos arrendados;
17. Cumprir e fazer cumprir todas as obrigações previstas na legislação federal, estadual e municipal, especialmente as de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária e ambiental;
18. Responsabilizar-se pelo transporte, alimentação, e pagamento de remuneração e todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários de seus profissionais, bem como pela contratação de seguros e por todos os procedimentos necessários em caso de acidente de trabalho ocorrido durante a execução dos serviços previstos em Contrato. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, sempre que solicitada, os comprovantes de pagamentos dos salários e demais encargos trabalhistas e previdenciários relativos à equipe utilizada na prestação dos serviços;
19. Responsabilizar-se pela manutenção, guarda, conservação e bom uso dos bens, equipamentos e edificações que lhe estão sendo entregues, respondendo direta, pessoal e exclusiva por quaisquer danos que venham a ser causados aos mesmos, por ação ou omissão, sua ou de terceiros, incluindo empregados e prepostos;
20. Contratar empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva do sistema de automação e controle de estacionamento;
21. Obedecer integralmente às normas legais de proteção ambiental, responsabilizando-se por quaisquer penalidades decorrentes da sua inobservância;
22. Disponibilizar mão-de-obra especializada e treinada para atender aos usuários na execução dos serviços OBJETO da CONCESSÃO, nos termos da proposta



apresentada, mantendo um responsável técnico na condução dos serviços, que responderá por quaisquer questões perante a CODEMIG e os demais órgãos fiscalizadores;

23. Responder pela correção e qualidade dos serviços prestados aos usuários, nos termos da proposta apresentada e ainda que autorizada a sua execução por terceiros, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
24. Responder administrativa e civilmente pelos eventuais danos causados à CODEMIG e a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo ou de seus prepostos na execução dos serviços OBJETO da CONCESSÃO, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias, excluindo a CODEMIG de qualquer lide judicial que venha ocorrer;
25. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o OBJETO do Contrato em que se verificarem vícios ou incorreções, sem que lhe caiba qualquer indenização;
26. Manter vigilância da área e dos veículos estacionados nela, através de câmeras de monitoramento e segurança física;
27. Manter a conservação dos vestiários e sanitários utilizados pelos funcionários da CONCESSIONÁRIA, inclusive com material de consumo próprios (papel toalha, papel higiênico e sabonete), bem como manter a conservação dos sanitários utilizados pelos usuários do estacionamento, inclusive com material de consumo próprios (papel toalha, papel higiênico e sabonete);
28. Executar e manter a limpeza da área arrendada, inclusive calçadas próximas às entradas e saídas do estacionamento, com equipe constante inclusive em dias que não tenham eventos;
29. Manter o funcionamento adequado da iluminação do estacionamento,



efetuando a troca e manutenção de lâmpadas, reatores, holofotes, fiação, luminárias e afins, que se fizerem necessárias;

30. Utilizar manobristas, de forma facultativa, devidamente credenciados e de sua inteira responsabilidade cível, trabalhista e previdenciária, para o melhor aproveitamento do número de vagas dentro do estacionamento licitado;
31. Responsabilizar-se pela identificação dos funcionários através de crachás e uniformes completos, sendo expressamente vedado a todos os que trabalham no estacionamento o uso de chinelos, sandálias, bermudas, camisas sem manga, entre outras proibições das normas sanitárias;
32. Realizar ações eficazes e contínuas de controle integrado de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de impedir a atração, abrigo, acesso e ou proliferação dos mesmos;
33. Manter a demarcação das vagas e sinalização no chão da área arrendada, com, no mínimo, uma pintura anual, bem como confeccionar e manter placas de sinalização, de avisos e indicações aos usuários do estacionamento e, ainda, manter o piso do estacionamento em perfeito estado de conservação;
34. Manter a sinalização atualizada de acordo com o padrão do Código Nacional de Trânsito, ou legislação vigente que o substitua;
35. Divulgar, em locais visíveis, próximos às entradas e nos guichês de pagamento, sem prejuízo de outras, as seguintes informações:
 - a) Tabela de preços praticada no estacionamento;
 - b) Formas de pagamento admitidas;
 - c) Tempo de isenção de pagamento;
 - d) Tempo para saída do veículo após o pagamento.
36. Prover equipamentos de sinalização – cavaletes, cones, correntes (de cor amarela e preta) e divisores de fluxo, buscando suprir as necessidades do



estacionamento em quantidade e qualidade;

37. Manter sinalização indicando lotação esgotada ou disponibilidade de vagas em cada bolsão de estacionamento em local visível ao público usuário, antes do seu acesso ao estacionamento.
38. Promover a manutenção de portões, cancelas manuais, grelhas e tampas do piso e, ainda, substituir, imediatamente, equipamentos e peças do sistema de combate a incêndio do estacionamento como extintores e peças de hidrantes que porventura forem extraviadas e realizar a manutenção periódica;
39. Fornecer ao usuário, além da opção de pagamento em dinheiro, as opções de pagamentos com cartão de crédito e de débito, no mínimo de (02) duas das principais bandeiras;
40. Manter placas informativas, visíveis e legíveis, aos usuários em todas as entradas do estacionamento contendo: formas de pagamento e tabela de valores de acordo com o que preconiza os órgãos competentes de proteção ao consumidor, não sendo permitido instalar na área arrendada, placas ou qualquer meio de propaganda de terceiros, a título gratuito ou oneroso;
41. Fornecer credenciais de livre acesso aos funcionários da CODEMIG, terceirizados e autoridades, de acordo com as solicitações da CODEMIG, formalizadas por funcionário designado oficialmente;
42. Manter equipe de ronda em todas as áreas de estacionamento, durante a realização de eventos, para orientar o correto estacionamento dentro das vagas, bem como proibir e coibir o estacionamento nos corredores de passagem de veículos, nas saídas de emergência e nas rotas de fuga do espaço;
43. Manter em local acessível e visível ao público, o endereço eletrônico do Sistema de Ouvidoria da CONCESSIONÁRIA e Código de Defesa do



Consumidor, bem como manter um Código de Defesa do Consumidor impresso para consulta dos usuários;

44. Fornecer, sempre que solicitado pela CODEMIG, informações e esclarecimentos relativos ao cumprimento de quaisquer obrigações legais ou contratuais, decorrentes do Contrato;
45. Manter regular o registro contábil, os livros fiscais obrigatórios, o controle interno, os estoques, o almoxarifado, o controle e movimentação financeira, os ciclos de pagamentos e recebimentos, as compras, as vendas, os custos gerais de administração, as folhas de pagamento e demais obrigações legais;
46. Franquear aos representantes da CODEMIG o acesso irrestrito a todas as dependências e bens referidos no OBJETO arrendado, para fins de controle e fiscalização;
47. Responsabilizar-se pelo armazenamento e retirada do lixo produzido na prestação dos serviços, bem como pela sua destinação em local e horário adequado, indicado pela CODEMIG;
48. Apresentar à CODEMIG, sempre que solicitada, relatórios de fluxo de usuários, relatórios de receita e balanços patrimoniais relativos à prestação dos serviços OBJETO do Contrato;
49. Responsabilizar-se objetivamente por todas as ações de seus funcionários no exercício das atividades OBJETO do Contrato;

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CODEMIG

1. Entregar a área, OBJETO da CONCESSÃO, mediante a formalização de Termo de Entrega e Recebimento, firmado pelas partes até 10 dias após assinatura do Contrato, onde se especificarão todos os bens e respectivos



quantitativos e qualitativos, bem como seu estado de conservação;

2. Fornecer credencial constando placa, data e horário para as vagas franqueadas à CODEMIG;
3. Proporcionar toda informação e condições indispensáveis à boa execução do OBJETO;
4. Comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na execução dos serviços;
5. Fiscalizar a execução dos serviços;
6. Colaborar com a CONCESSIONÁRIA no que mais for necessário para o bom andamento dos trabalhos, respeitando e cumprindo os termos presentes nesse instrumento e no Contrato.

12. DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

1. Sem prejuízo da responsabilidade técnica e gerencial da CONCESSIONÁRIA, no período de ARRENDAMENTO, suas atividades serão fiscalizadas pela CODEMIG, mediante a utilização de qualquer meio lícito, visando à preservação de seu patrimônio e interesse;
2. A atividade de controle e fiscalização é exercida no exclusivo interesse da CODEMIG e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por qualquer dano, ato ou irregularidade, inclusive perante terceiros;
3. A fiscalização e controle serão feitos, rotineiramente, mediante inspeção, auditoria e exame de relatórios apresentados pela CONCESSIONÁRIA, contendo demonstrações de resultados e operações financeiras e comprovação do cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;



4. A atividade de fiscalização e controle será desenvolvida por pessoa, equipe, ou empresa contratada e formalmente credenciada junto à CONCESSIONÁRIA, sem ônus para esta que, no entanto, se obriga a fornecer dados, informações e esclarecimentos necessários, a juízo da CODEMIG;
5. A CODEMIG poderá requerer à CONCESSIONÁRIA informações adicionais e esclarecimentos relativos ao cumprimento de quaisquer obrigações legais ou contratuais, decorrentes do Contrato;
6. A CODEMIG poderá promover auditoria em peça e registro contábil, livro fiscal, controle interno, estoques, almoxarifado, controle e movimentação financeira, ciclos de pagamentos e recebimentos, compras, vendas, custos gerais de administração, folhas de pagamento e demais obrigações legais;
7. A CODEMIG poderá, a qualquer momento, com ônus próprio, contratar empresa de consultoria externa para a avaliação do desempenho técnico-econômico do empreendimento, com o objetivo de solicitar as correções necessárias;
8. A CODEMIG poderá, ainda, acompanhar preventiva e corretivamente a operação do estacionamento no que possa afetar seus interesses na gestão do empreendimento CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO;
9. É assegurado à CODEMIG o acesso irrestrito a todas as dependências e bens referidos no OBJETO arrendado, para fins de controle e fiscalização;
10. A CONCESSIONÁRIA declarará, expressa e antecipadamente, aceitar os métodos e processos de inspeção, controle e fiscalização previstos no Contrato, de modo a resguardar os interesses da CODEMIG e manter o clima de harmonia e colaboração, necessários à plena consecução dos objetivos do Contrato;



11. A CONCESSIONÁRIA obrigará-se-á, ainda, a guardar os documentos necessários à fiscalização da CODEMIG pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses e a manter contabilidade própria, destacada de suas outras atividades, com registros e documentação referentes aos negócios OBJETO do Contrato.

13. DA VISITA TÉCNICA

1. A empresa PROPONENTE poderá realizar visita técnica ao local do estacionamento onde os serviços serão realizados antes da LICITAÇÃO e examinar as especificidades do espaço físico para instalação, tomando conhecimento de todos os detalhes e particularidades que julgar conveniente, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento e/ou eventuais dificuldades de execução de qualquer parte dos serviços objeto da CONCESSÃO;
2. Para a realização da visita técnica os interessados deverão agendar a data e horário com o responsável técnico no local José Eustáquio de Oliveira através do telefone (31) 3213-8896;
3. No caso de agendamento de visita técnica, a mesma deverá ser feita por um responsável da empresa, devidamente credenciado pelo representante legal da PROPONENTE, até 3 (dias) dias úteis anteriores a abertura dos envelopes.

14. DA CESSÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

1. A CONCESSIONÁRIA não poderá ceder ou subcontratar, no todo ou em parte, bens ou direitos OBJETOS do Contrato, salvo com prévia e expressa autorização da CODEMIG, que poderá negá-la no seu exclusivo interesse e devendo, neste caso, declinar por escrito os motivos;
2. Se admitida a cessão ou subcontratação, a CONCESSIONÁRIA continuará responsável por todas as obrigações assumidas no Contrato, solidariamente



com o cessionário ou subcontratado e sem benefícios de ordem, devendo, obrigatoriamente, adotar as mesmas disposições do Contrato naquilo que não for específico da cessão ou subcontratação a ser efetuada, observando-se, em qualquer caso, as condições estabelecidas no EDITAL.

15. DOS SEGUROS

1. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter seguro RC GARAGISTA (Responsabilidade Civil Garagista) com empresa autorizada pela SUSEP, para cobertura de danos civis e sinistro a veículos, abrangendo perecimento, deterioração, furto, roubo, incêndio e inundação de veículos, que porventura ocorram no interior do estacionamento a ser arrendado, com prazo de vigência igual ou superior ao prazo do Contrato;
2. Caberá exclusivamente à CONCESSIONÁRIA o ônus financeiro nos casos de acidentes, intempéries, furtos e/ou roubos de qualquer natureza, causados por seus funcionários ou por quaisquer clientes usuários do estacionamento.
3. As providências de reparação de tais danos deverão ser imediatas, e pela própria CONCESSIONÁRIA.
4. Não caberá à CODEMIG o pagamento de qualquer franquia de seguro;
5. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à CODEMIG a apólice do seguro, condizente com os valores, as características físicas do espaço e as condições de prestação dos serviços, em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de publicação do extrato do Contrato na imprensa oficial.
6. Enquanto não contratar os seguros a que está obrigada, ou nos casos em que, por qualquer motivo, não houver cobertura suficiente, a CONCESSIONÁRIA indenizará a CODEMIG e terceiros por todos os danos que vier a sofrer em razão da falta ou não cobertura do seguro, relativamente aos bens arrendados.



16. DA MULTA E DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

1. As sanções cabíveis são aquelas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Belo Horizonte, 07 de novembro de 2016



ANEXO I-A - EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DE TRABALHO

- Cancelas
- Terminal de entrada com expedidor de ticket
- Door Node Master de Saída Multifeixe
- Detector de veículos com looping
- No break (por terminal)
- Módulo de voz parking plus
- Terminal de pagamento (computador + acessórios)
- Detector de veículos com looping
- Servidor de banco de dados
- Monitor Colorido LCD 15'
- Microcomputador – Terminal de gerenciamento
- Monitor cristal líquido LCD 17" para gerenciador
- Impressora a laser para relatórios de impressão de credenciados
- Intercom VOIP
- Master Intercom 10 canais
- Módulo de conexão switcher
- Materiais de instalação e cablagem
- Kit fixação
- Kit Encaminhamento
- Kit interligação
- Câmera infravermelha
- Câmera IP – 1.3 Megapixels geovision Mod. CB 120, lente de 3,35 mm
- Câmera profissional
- Poste quadrado de 0,90m para câmera
- Poste quadrado de 3m para câmera
- Baluns passivos
- Rack organizador
- Fonte 5A 12V



- Cabos coaxiais UTP Cat 5 e Cat 6
- Caixa de proteção das câmeras
- Placa de captura Geo Vision 800 16 canais
- Placa de captura Geo Vision 1480 16 canais
- Conversor de Mídia 10/100 base tx/fx MM ST
- Monitor LCD 18,5"
- CPU Dual Core E5400
- CPU com fonte 500W Real WSCW-500W1X8
- Switch de 8 portas
- Switch de 16 portas
- M.O (Infra e profissional)
- M.O (IP)

Observação: Sistema de CFTV de referência. A proponente vencedora deverá garantir sua compatibilidade operacional com o sistema de CFTV implantado no CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO

ANEXO I – B

Link contendo:

- **Plantas baixas**

<http://homolog.codemig.com.br/files/avulsos/PregaoPresencial09-16.zip>



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016			
<i>Processo Interno Nº 619/16- CODEMIG</i>			
(preenchida em papel timbrado da proponente)			
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE		
Nome empresarial / Razão Social			
CNPJ			
Insc. Estadual			
Insc. Municipal			
Endereço			
E-mail			
Telefone/Fax			
Nome do Representante Legal			
Identidade do Representante Legal		CPF do Representante Legal	
DESCRIÇÃO DA PROPOSTA – LOTE ÚNICO			
Percentual sobre a receita bruta mensal, observado o mínimo de 26% (vinte e seis por cento) e garantida a remuneração mensal mínima de R\$ 16.584,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e quatro reais).	%		

Percentual por extenso: _____

Prazo de vigência do contrato: conforme item 13 do edital.



Prazo de validade da proposta: _____ dias (Mínimo: 60 dias).

Declaro de que o valor proposto e naquele que porventura vier a ser ofertado em lances verbais será repassado livre de todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, decorrentes de contratação de serviços técnicos, da aquisição de materiais e equipamentos, de quaisquer despesas operacionais, com mão-de-obra, de viagens e transporte, de tributos, de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, de encargos comerciais e fiscais, taxas, seguros, de despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e de quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre os serviços decorrentes do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do Contratado. Estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Declaro aceitar integralmente as regras deste Pregão, bem como a legislação a que ela está subordinada.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º09/2016, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º09/2016, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2016 quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2016 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de



- CODEMIG antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONCESSÃO ONEROSA DE USO PARA A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO ESTACIONAMENTO DO CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, LOCALIZADO EM BELO HORIZONTE/MG.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS - CODEMIG, CNPJ/MF nº 19.791.581/0001-55, com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Manaus, 467, Bairro Santa Efigênia, CEP 30150-350, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **CODEMIG**, e a **[inserir nome da CONCESSIONÁRIA]**, CNPJ/MF nº, com endereço na Rua, Bairro, em, CEP, neste ato representada por seu, CPF/MF e CI, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, celebram e em decorrência da licitação PREGÃO nº.09/2016, Processo Interno 619/16, o presente contrato, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a concessão onerosa, pela **CODEMIG**, de uso do estacionamento do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, conforme detalhamentos do Anexo I - Termo de Referência do Edital Pregão nº 09/2016 que, juntamente com a proposta da **CONCESSIONÁRIA** datada de xx/xx/xx, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O objeto deste contrato, conforme indicado na Cláusula Primeira, será remunerado, mensalmente, por meio de percentual de % (_____por cento), incidente sobre a receita bruta mensal total auferida pela **CONCESSIONÁRIA** no mês anterior, garantindo-se à **CODEMIG** a remuneração mínima mensal de R\$ 16.584,00 (dezesesseis mil quinhentos e oitenta e quatro reais).



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Entende-se como receita bruta mensal total auferida pela CONCESSIONÁRIA toda a sua receita decorrente da gestão do estacionamento do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, incluindo, sem limitação, o valor cobrado, junto aos usuários, para o ingresso nas instalações e para a utilização de suas facilidades e quaisquer outras fontes de receitas derivadas. O valor é bruto, pois não considera a dedução de impostos ou de quaisquer custos e despesas da concessionária.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor resultante de tal importe verificado será acrescido do quanto devido pela eventual imposição de sanções administrativas, nos termos e condições estabelecidos neste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONCESSIONÁRIA emitirá “Nota de Medição”, em que demonstrará a remuneração devida à CODEMIG, com base na Receita Mensal Bruta do mês em referência. O pagamento desta remuneração será feito até o 5º dia útil subsequente à sua análise e aprovação pela CODEMIG.

PARÁGRAFO QUARTO: A Receita Mensal Bruta abrange o valor total das operações provenientes dos serviços realizados pela CONCESSIONÁRIA. Para os efeitos estabelecidos neste item incluem-se, em cada mês, as receitas que se tornem econômica e/ou financeiramente auferidas. O valor total das operações abrange todos os negócios realizados na área arrendada ou nela iniciados, concluídos, encaminhados ou preparados, qualquer que seja a forma das operações realizadas.

PARÁGRAFO QUINTO: A “Nota de Medição” a ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA somente será aceita depois de aprovada pela fiscalização da CODEMIG, o que deverá ser feito no máximo em até 02 (dois) dias após sua apresentação, salvo existência de dúvida fundada sobre sua irregularidade.



PARÁGRAFO SEXTO: Se a CODEMIG não aprovar a “Nota de Medição” fará sua contestação por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias após sua apresentação, facultando-se à CONCESSIONÁRIA efetuar o pagamento pelo valor originalmente apresentado, ficando a eventual diferença para ser paga após a apuração do valor real, na forma estabelecida no próximo item.

PARÁGRAFO SÉTIMO: No caso de divergência sobre a “Nota de Medição”, não havendo entendimento entre as partes, realizar-se-á auditoria por empresa escolhida de comum acordo, para apuração definitiva de dados e valores devidos, e, na falta de acordo, a auditoria será feita por empresa designada pela CODEMIG.

PARÁGRAFO OITAVO: O valor absoluto da remuneração mínima mensal garantida à CODEMIG, nos termos do *caput*, será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta da CONCESSIONÁRIA, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC–IBGE) no período ou outro índice adotado pelo Governo Estadual que venha substituí-lo.

PARÁGRAFO NONO: Caberá à CONCESSIONÁRIA executar, às expensas próprias e com plena responsabilidade, as reformas e obras de renovação e modernização de que trata o Termo de Referência, nos prazos ali estipulados, não se admitindo que promova qualquer redução no valor a ser pago à CODEMIG em função de tais despesas, com exceção do Período de Carência de que trata o Parágrafo Sétimo.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O preço contratual é independente de qualquer encargo ou tributo, cabendo a **CONCESSIONÁRIA** o pagamento de todos os impostos, encargos ou custos, diretos ou indiretos, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato, bem como todos os pagamentos das despesas decorrentes da execução deste instrumento.



CLÁUSULA TERCEIRA – DA GARANTIA FINANCEIRA

A **CONCESSIONÁRIA**, em cumprimento ao disposto no Edital, apresentou garantia de execução do contrato, no valor de R\$____(____reais) para a execução dos serviços contratados, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia prestada pela **CONCESSIONÁRIA** será liberada ou restituída após a execução e cumprimento integral do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A critério da **CODEMIG**, poderá ser admitida a qualquer tempo, a substituição da garantia prevista nesta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo alterações no Contrato, que venham a interferir nas condições da garantia, a **CONCESSIONÁRIA** terá que adequá-la às novas condições mediante complementação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Constituem obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, além daquelas descritas no Termo de Referência:

- 4.1. Obedecer fielmente às informações técnicas emitidas pela **CODEMIG**;
- 4.2. Cumprir os prazos contratuais;
- 4.3. Realizar os trabalhos em estrita observância das normas éticas e técnicas aplicáveis, respondendo pela correção e qualidade dos serviços, atendendo a todas as exigências legais;
- 4.4. Responsabilizar-se pela correta utilização das informações disponibilizadas;
- 4.5. Responder pela correção e qualidade dos serviços, nos termos da proposta apresentada, e ainda que autorizada a sua execução por terceiros, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
- 4.6. Indicar por escrito um representante para, em seu nome, coordenar a execução dos serviços, com poderes para deliberar sobre todas as questões relacionadas



- com o presente Contrato;
- 4.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios ou incorreções, sem que lhe caiba qualquer indenização;
 - 4.8. Manter os dados cadastrais atualizados junto a CODEMIG;
 - 4.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 4.10. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CODEMIG;
 - 4.11. Arcar com eventuais prejuízos causados à CODEMIG e/ou a terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
 - 4.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências da CODEMIG. Caso esta seja chamada a juízo e condenada pela eventual inobservância das normas em referência, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a ressarcir-la do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação;
 - 4.13. Viabilizar qualquer atividade de fiscalização da CODEMIG;

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CODEMIG

Constituem obrigações da **CODEMIG**, além daquelas descritas no Termo de Referência:

- 5.1. Fornecer as informações necessárias à execução do objeto contratado;
- 5.2. Fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar as obras entregues em desacordo com as



obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA;

- 5.3. Comunicar à CONCESSIONÁRIA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES FISCAIS E TRABALHISTAS

Constituem ônus de exclusiva responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** todos os encargos tributários, obrigações trabalhistas, cíveis e previdenciárias decorrentes da execução do presente contrato, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete à CONCESSIONÁRIA como única empregadora, exclusivamente e a qualquer tempo, o cumprimento de todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista e de previdência social pertinentes ao pessoal contratado para a execução dos serviços objeto do presente instrumento, não existindo nenhum vínculo empregatício entre referidos empregados e a CODEMIG, à qual fica reservado o direito de regresso, na hipótese de assunção de alguma responsabilidade e/ou ônus, por decisão administrativa ou judicial decorrente do descumprimento das obrigações referidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pela CODEMIG:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa da CONCESSIONÁRIA em efetuar o reforço da garantia;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra, não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;



III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 38, inciso IV, do Decreto Estadual nº 45.902/2012.

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93 e o art. 38, inciso IV, do Decreto Estadual nº 45.902/2012. .

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

VII - Mora ou inadimplemento da obrigação de realização das reformas e obras nos sanitários, de acordo com as especificações do Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela **CONCESSIONÁRIA**.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 44.431/2006.



PARÁGRAFO QUINTO - As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente da **CODEMIG**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá zelar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no Anexo I do Edital, na proposta da **CONCESSIONÁRIA** e neste instrumento. Para fins de esclarecimento, as obrigações da **CONCESSIONÁRIA** que viabilizam o exercício da atividade fiscalizatória da **CODEMIG**, inclusive o fornecimento de quaisquer documentos e informações, deverão ser observadas mesmo no período de carência do Parágrafo Sétimo da Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a **CONCESSIONÁRIA**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - a área comercial e/ou financeira da **CODEMIG** poderá manter constante fiscalização sobre a operação do estacionamento, utilização e receita comercial auferida, através das informações a serem prestadas pelo concessionário, suas atividades serão fiscalizadas pela **CODEMIG**, mediante a utilização de qualquer meio lícito, visando à preservação de seu patrimônio e interesse. Observando:

- a) A atividade de controle e fiscalização é exercida no exclusivo interesse da **CODEMIG** e não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** por qualquer dano, ato ou irregularidade, inclusive perante terceiros;



- b) A fiscalização e controle serão feitos, rotineiramente, mediante inspeção, auditoria e exame de relatórios apresentados pela CONCESSIONÁRIA, contendo demonstrações de resultados e operações financeiras e comprovação do cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- c) A atividade de fiscalização e controle será desenvolvida por pessoa, equipe, ou empresa contratada e formalmente credenciada junto à CONCESSIONÁRIA, sem ônus para esta que, no entanto, se obriga a fornecer dados, informações e esclarecimentos necessários, a juízo da CODEMIG;
- d) A CODEMIG poderá requerer à CONCESSIONÁRIA informações adicionais e esclarecimentos relativos ao cumprimento de quaisquer obrigações legais ou contratuais, decorrentes do Contrato;
- e) A CODEMIG poderá promover auditoria em peça e registro contábil, livro fiscal, controle interno, estoques, almoxarifado, controle e movimentação financeira, ciclos de pagamentos e recebimentos, compras, vendas, custos gerais de administração, folhas de pagamento e demais obrigações legais;
- f) A CODEMIG poderá, a qualquer momento, com ônus próprio, contratar empresa de consultoria externa para a avaliação do desempenho técnico-econômico do empreendimento, com o objetivo de solicitar as correções necessárias;
- g) A CODEMIG poderá, ainda, acompanhar preventiva e corretivamente a operação do estacionamento no que possa afetar seus interesses na gestão do empreendimento CENTRO DE CULTURA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO;
- h) É assegurado à CODEMIG o acesso irrestrito a todas as dependências e bens referidos no OBJETO arrendado, para fins de controle e fiscalização;



- i) A CONCESSIONÁRIA declarará, expressa e antecipadamente, aceitar os métodos e processos de inspeção, controle e fiscalização previstos no Contrato, de modo a resguardar os interesses da CODEMIG e manter o clima de harmonia e colaboração, necessários à plena consecução dos objetivos do Contrato;
- j) A CONCESSIONÁRIA obrigará-se, ainda, a guardar os documentos necessários à fiscalização da CODEMIG pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses e a manter contabilidade própria, destacada de suas outras atividades, com registros e documentação referentes aos negócios OBJETO do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CODEMIG** reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se, durante a vigência do contrato, à manutenção de habilitação requerida para participação no processo licitatório, comprovando, sempre que exigido pela **CODEMIG**, sua regularidade em relação aos encargos legais e previdências.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a não subcontratar o objeto do presente contrato. Na hipótese de fornecimento e serviços que, por sua natureza, reclamem execução por



terceiros, a **CODEMIG** poderá autorizar a subcontratação, ficando a **CONCESSIONÁRIA**, relativamente ao objeto subcontratado, direta e solidariamente responsável, técnica e civilmente, devendo promover a cessação imediata das atividades da **SUBCONCESSIONÁRIA**, quando solicitado pela **CODEMIG**.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de subcontratação não será admitida a dedução do valor da retenção previdenciária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA NOVAÇÃO

A abstenção, pela **CODEMIG**, do exercício dos direitos que lhe são assegurados neste contrato ou a tolerância no cumprimento de qualquer obrigação **CONCESSIONÁRIA**, não será considerada novação, renúncia ou extinção da obrigação, que poderá ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir da data de publicação do extrato do contrato na imprensa oficial do estado, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da **CODEMIG**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei n.º 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

- I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de a rescisão ser procedida por



culpa da **CONCESSIONÁRIA**, fica a **CODEMIG** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da **CONCESSIONÁRIA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO VALOR CONTRATUAL

Dá-se ao presente instrumento obrigacional, para os efeitos legais, o valor de R\$ (.....).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do contrato correrão por conta de recursos próprios da CODEMIG.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

A **CODEMIG** providenciará a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Aplica-se à execução deste instrumento e, especialmente aos casos omissos, a Lei Federal Nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 12.846/13, regulamentada pelo Decreto Federal 8.420/15, Lei Estadual nº 14.167/02, Decreto Estadual nº 44.786/08, Lei Estadual nº 13.994/01 e Decreto Estadual nº 45.902/12, de 15 de dezembro de 2003, com suas alterações posteriores e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.



E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor, juntamente com as 02 (duas) testemunhas que também o assinam.

Belo Horizonte, de de 2017.

(assinatura e carimbo)

(assinatura e carimbo)

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MINAS GERAIS -
CODEMIG**

(nome)

Diretor /sócio/ administrador

CONCESSIONÁRIA

Testemunhas:

1.

2.

Nome:

Nome:

CI:

CI:

CPF:

CPF: